

EDIÇÃO DA SÉRIE DE CRÔNICAS “A + B”

Gilson Santos
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O artigo apresenta duas partes: na primeira, há uma descrição do processo de estabelecimento do texto da série de crônicas “A + B”; na segunda, uma discussão sobre João das Regras, pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série.

Palavras-chave: Machado de Assis, A + B, João das Regras.

Este estudo apresenta duas partes distintas. A primeira delas (I) é dedicada ao processo de estabelecimento do texto da série de crônicas “A + B”. A segunda (II) é uma tentativa de compreender um pouco melhor o *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série. Na segunda parte, discutimos também esta questão central e incontornável: João das Regras seria “apenas” um ser fictício, ou um personagem histórico ficcionalizado? Essa questão sinaliza de que forma cada uma das crônicas (e o conjunto delas, em sua unidade) deve ser lida.

I

Há vários tipos de edição de textos; entre eles, o editor pode escolher o mais adequado a suas finalidades. Essa escolha está relacionada aos objetivos da edição, que devem ser previamente definidos, em função do público-alvo a que se destina o texto. A importância de se estabelecerem os objetivos de uma edição está no fato de que cada tipo de edição atende a finalidades específicas. O segundo fator a ser considerado refere-se à definição do público-alvo. Dito isso, o nosso objetivo – ao estabelecer os textos da série de crônicas “A+B” – foi disponibilizar, para leitores interessados na obra machadiana (especialistas, e universitários – principalmente), um *corpus* de relevante valor para estudos literários. Tendo em vista essas considerações, o tipo de edição mais

adequado à reprodução desses textos é, a nosso ver, a edição fidedigna, da qual trataremos a seguir.

No caso de reprodução de obras modernas, isto é, escritas depois do século XVI, caso em que se encontram os textos machadianos, Antônio Houaiss, que foi editor de Machado de Assis, diz:

6.2 EDIÇÕES CRÍTICAS E EDIÇÕES FIÉIS — Nas condições das obras escritas depois do século XVI, é costume procurar-se uma distinção entre aquelas que devam ser editadas com fins extralinguísticos daquelas que o devam com fins linguísticos – compreendendo-se neste conceito (o que oponencialmente esclarece aquele) as obras que, ademais de sua mensagem conceitual e significativa, estética ou estritamente cognitiva, são editadas com rigor tal, que seus elementos constitutivos possam servir de fundamentação, exemplificação, abonação e sustentação de fatos linguísticos e de hipóteses, teorias e doutrinas filológicas. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 273)

Depreende-se, dessa citação, que as edições de textos modernos podem ser divididas em duas categorias: a primeira refere-se a edições com fins extralinguísticos, isto é, aquelas que apresentam um texto idôneo, não propriamente crítico, que facilitam a leitura e, naturalmente, o acesso de um público não especializado ao conteúdo da obra; a segunda categoria refere-se a edições com fins linguísticos, isto é, aquelas em que os elementos do texto crítico podem ser tomados para abonação de fatos linguísticos. A segunda categoria nos interessa porque, sendo um tipo ideal de edição, dela deriva a ideia de edição fidedigna – modalidade (a certa distância do ideal) compatível com nossa realidade, e adotada para reproduzir os textos da série “A + B”.

Houaiss, ao discorrer sobre as características de textos fiéis e textos fidedignos de autores modernos, faz as seguintes considerações:

6.2.1 *Textos fiéis e textos fidedignos* — Ora o texto crítico, o texto fiel, se caracteriza pelo processo de seu estabelecimento e de sua motivação: além da recensão, do estema, da colação, da interpretação, encerra o aparato crítico, sem falar da introdução, em que se fixam os critérios gerais e especiais, em havendo-os. Isso, além do rigor científico com que é de presumir seja feito, é trabalhoso, moroso e, pois, dispendioso. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

A edição crítica se caracteriza por um conjunto de etapas, e processos – recensão, estema, colação; interpretação, aparato crítico, uma introdução em que se

fixam critérios gerais e especiais – com o objetivo de estabelecer, com rigor técnico, o texto, de modo que seus elementos constitutivos possam servir de abonação e de sustentação para hipóteses ou fatos linguístico-literários. O objetivo principal de uma edição dessa natureza consiste em restituir um texto, tanto quanto possível, à sua forma genuína. Assim, editar criticamente um texto é apresentá-lo ao leitor livre de incorreções e acompanhado de notas filológicas e explicativas que auxiliem sua leitura e sua compreensão.

Mas, como aponta Houaiss, aspectos vários – sobretudo econômicos – podem determinar a elaboração de edições em que a totalidade das normas não seja observada. Em casos assim, quais são aquelas que podem ser legitimamente dispensadas, sem comprometer a validade científica do texto editado? A resposta não é simples. Uma opção viável é apurar um texto de modo fidedigno. E por edição fidedigna entende-se:

6.2.1.1 Tal texto idôneo, fidedigno – não propriamente crítico –, deve basear-se nos seguintes princípios:

1.º) deve ser calcado sobre um único exemplar-fonte – que a história externa do texto determinará pura e simplesmente como base;

2.º) deve ter uma indicação prévia do critério que presidiu ao seu estabelecimento, critério em que se porão de manifesto quais as regras ecdóticas que foram observadas e quais deixaram de o ser;

3.º) dispensará o aparato crítico indicador de variantes e discrepâncias, mas poderá encerrar um sucedâneo desse aparato, para o fim informativo fundamental que orientar sua publicação, com a indicação, se for a interpretação diferente do texto estabelecido, do ponto de vista conceitual e nocional. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

No caso da série de crônicas “A + B”, em que se pode contar com a primeira publicação em jornal, e edições póstumas, a proposta inicial era a de fazer uma edição fidedigna; mas a nova edição – partindo da definição de edição fidedigna que Antônio Houaiss nos dá – ultrapassa os limites da proposta inicial. Na edição, procuramos seguir os procedimentos recomendados pela metodologia tradicional.¹ A seguir, descrevemos, sucintamente, as etapas da nova edição.

¹ A metodologia utilizada para apurar o texto da série “A + B”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* entre setembro e outubro de 1886, deriva de pressupostos teóricos colhidos em obras de referência, como, por exemplo: AZEVEDO FILHO, 1987; BLECUA, 1990; CAMBRAIA, 2005; HOUAISS, 1983; SPAGGIARI & PERUGI, 2004; e SPINA, 1994. Apoiamo-nos também no modelo estabelecido, e já consagrado, por John Gledson em sua edição das crônicas de “A Semana” (1996).

Na primeira etapa, consultamos a bibliografia especializada na obra machadiana² e sistematizamos as informações referentes ao percurso histórico da série “A + B”. A tradição direta de “A + B” apresenta um total de quatro testemunhos, que indicamos de forma concisa a seguir:

QUADRO 1 – Tradição direta da série de crônicas “A + B”

SIGLA	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	DATA
GN	<i>Gazeta de Notícias</i>	1886
DRR	<i>Diálogos e reflexões de um relojoeiro</i>	1956
OCA2008	<i>Obra completa, em quatro volumes (Nova Aguilar)</i>	2008
ABGH	<i>Crônicas: A+B. Gazeta de Holanda</i>	2011

As sete crônicas que compõem a série “A + B” foram publicadas pela primeira vez na *Gazeta de Notícias* (GN), em 1886, nos dias 12, 16, 22 e 28 de setembro, e 4, 14 e 24 de outubro. Trata-se da única edição desses textos em vida do autor, que as assinou com o pseudônimo de João das Regras.³ Esses foram os textos-base desta edição.

Em 1956, Raimundo Magalhães Júnior publicou, pela Civilização Brasileira, o livro *Diálogos e reflexões de um relojoeiro* (DRR), que abarca a totalidade de “A + B” e “Bons Dias!” (exceto uma única crônica⁴). Essa é a primeira edição em livro da série de crônicas de que nos ocupamos.

Em 2008, a edição da *Obra completa em quatro volumes* (OCA2008), pela Nova Aguilar, incluiu a série “A + B” – ausente nas edições anteriores da *Obra completa* (em três volumes), publicada em 1959, pela José Aguilar⁵, e nas edições subsequentes. Os

² Cf. SOUSA, 1955; SOUSA, 1969; MACHADO, 2005.

³ Não há dúvida de que Machado de Assis era autor das crônicas publicadas sob o pseudônimo de João das Regras, na *Gazeta de Notícias*, em 1886. Em homenagem a ele, organizada por um seleto grupo de intelectuais, no hotel Globo, no dia 6 de outubro desse ano de 1886, à época em que publicava “A + B”, um dos participantes, Belisário de Sousa, disse: “Todas as honras e todas as homenagens merece o escritor ilustre, que tal se fez à força de talento e de trabalho, tendo partido de uma obscuridade honrosa, mas desprotegida. [...] o jornalista que tem ilustrado os pseudônimos de Eleazar, Lélío, e, atualmente, na *Gazeta de Notícias* o de João das Regras.” (Cf. *A Semana*, ano II, n. 93, 9 de outubro de 1886, p. 327, col. 2)

⁴ A esse respeito, Cf. GLEDSON, 2013, p. 315.

⁵ O nome da editora mudou ao longo do tempo: José Aguilar, Aguilar, e Nova Aguilar.

organizadores da edição de 2008⁶ informam, na “Nota Editorial”, que os textos machadianos foram reproduzidos exatamente como foram publicados originalmente. Dessa informação, infere-se que os textos-base da série “A + B” são as crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*. O cotejo dos textos dessa edição com os textos publicados em 1886 e em 1956 revela, porém, que a edição de 2008 consultou também o texto da edição de 1956. Indicamos quatro exemplos para o comprovar: em GN, “retificou”, em DRR e em OCA2008, “ratificou” [“A + B” (12 set. 1886)]; em GN, “rafados”, em DRR e em OCA2008, “ralados” [“A + B” (16 set. 1886)]; em GN, “que o não vejo”, em DRR e em OCA2008, “que não o vejo” [“A + B” (22 set. 1886)]; e em GN, “que foi”, em DRR e em OCA2008, “o que foi” [“A + B” (4 out. 1886)].

Em 2011, Mauro Rosso publicou o livro *Crônicas: A+B. Gazeta de Holanda* (ABGH). Na “Fixação e estabelecimento dos textos”, o autor informa que adotou como texto-base para cada uma das crônicas da série “A+B” os respectivos textos originais publicados na *Gazeta de Notícias*, cotejados com os textos contidos na edição de 1956. Não registramos as variantes nela presentes.

Na etapa seguinte, providenciamos um exemplar de cada uma das edições listadas acima. Os textos das crônicas, publicados na *Gazeta de Notícias*, foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; os exemplares das edições em livro (1956, 2008 e 2011), nós os adquirimos. De posse dos testemunhos da tradição direta, passamos ao cotejo dos textos. Em seguida, confrontamos entre si, palavra a palavra, os testemunhos que consideramos mais importantes da tradição direta de uma mesma crônica, a fim de registrar as variantes e corrigir eventuais erros do texto-base.

Nessa etapa, o mais recuado que se pode chegar, no caso da série “A + B”, é à primeira publicação de cada crônica no periódico – não há testemunhos manuscritos conhecidos. A rigor, as edições posteriores poderiam ser descartadas pela *eliminatio*

⁶ Segundo nos diz Alex Sander Luiz Campos (2018, p. 141, nota 3): “A *Obra completa em quatro volumes*, de 2008, informa ser a segunda edição. Muito provavelmente, a editora considerou, como primeira edição, a *Obra completa em três volumes*, publicada em 1959 pela José Aguilar – essa edição em três volumes contou com onze reimpressões: nos anos de 1962, 1971, 1979, 1985, 1986, 1990, 1992, 1994, 1997, 2004 e 2006 [...]. 2008 foi o ano do primeiro centenário de morte de Machado de Assis (havia, aliás, sido instituído como Ano Nacional Machado de Assis, pela Lei nº 11.522, de 18 de setembro de 2007) e grandes lançamentos editoriais marcaram a data. Certamente a *Obra completa* com um volume a mais foi o maior deles. [...]. Em 2015, seria publicada a terceira edição da *Obra completa* da Aguilar, ainda com quatro volumes, mas em volumes maiores, o que permitiu aumentar o tamanho da letra e propiciar uma leitura mais confortável.”

*codicum descriptorum*⁷, porque derivam de um modelo que ainda existe, a primeira publicação; contudo, confrontamos as duas edições mais importantes do percurso histórico do texto (1956 e 2008) e registramos as variantes substantivas, uma vez que conhecer as lições privilegiadas em épocas distintas é fato de inegável valor cultural. Além disso, uma outra razão para a consulta às edições de 1956 e 2008 é que elas poderiam, eventualmente, auxiliar-nos na identificação de erros no texto-base. Tendo em conta tais condições, adotamos por texto-base a primeira publicação de cada crônica; recorreremos ao juízo crítico como meio de restituir ao texto a sua genuinidade; e, nos casos de lição de leitura duvidosa, consultamos os demais testemunhos.

As normas gerais desta edição estão listadas nas “Diretrizes para autores” da revista *Machadiana Eletrônica*. Para a elaboração dessas normas, foram observados os critérios propostos em vários trabalhos de edição e, particularmente, nas obras *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, *Introdução à crítica textual*, de César Nardelli Cambraia, *Introdução à edótica*, de Segismundo Spina, *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss, *Fundamentos da crítica textual*, de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi e *Manual de crítica textual* de Alberto Blecua. No texto fidedigno, foram preservadas a pontuação, as características morfológicas e sintáticas do texto-base, mas simplificações grafemáticas foram implementadas, como, por exemplo, atualização da ortografia e da acentuação gráfica, segundo as regras atuais.

II

Umberto Eco, em *Seis passeios pelos bosques da ficção*, diz que, em geral, quando ouvimos ou lemos algum relato, acreditamos que o sujeito que fala ou escreve pretende nos comunicar alguma informação que devemos aceitar como verdadeira e, assim, estaríamos inclinados a avaliar o enunciado em termos de verdade ou mentira. E geralmente pensamos que, apenas em situações especiais, em que identificamos a presença de elementos ficcionais, aceitamos ingressar no mundo ficcional. Isso colocaria em discussão, ainda segundo Eco, a distinção essencial entre narrativa natural e artificial. A narrativa natural seria aquela que relata fatos que ocorreram na realidade – ou que o narrador apresenta, mentirosa ou erroneamente, como tendo acontecido na

⁷ *eliminatio codicum descriptorum*: em tradução literal, “eliminação de testemunhos descritos”. Um testemunho é considerado “descrito” quando deriva de um modelo ainda existente. (Cf. NARDELLI, 2005, p. 146)

realidade –; a narrativa artificial, por sua vez, representada pela ficção, finge dizer a verdade sobre o mundo real, ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional. (Cf. ECO, 1994, p. 125) Mas as coisas nem sempre são tão bem definidas quanto a teoria pode levar a crer; quando examinamos as coisas detalhadamente, podemos demonstrar, por á mais bê, que há casos notáveis de ambiguidade e de mistura de realidade com ficção.

A série “A + B” apresenta, como já dissemos, apenas sete crônicas, que foram publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 12 de setembro e 24 de outubro de 1886. Esses textos estão organizados em forma de diálogos entre as “personagens” A e B, e são assinadas por João das Regras, pseudônimo adotado por Machado de Assis nesse conjunto de textos.⁸ O cronista não interfere nos acontecimentos, cede a voz às “personagens”. Deve-se perguntar se as concepções político-econômico-filosóficas, manifestas ou latentes, expressas por essas “personagens” são do autor, Machado de Assis, encoberto pelo pseudônimo (reencoberto pelas personagens), ou se essas concepções são elaborações discursivas alheias ao pensamento e às crenças do autor. Seria empobrecedor ler esses textos seguindo apenas um ou outro caminho – como expressão do pensamento de Machado, ou como “ideias de personagens” –; elas (as crônicas) são complexas e, nelas, fatos e personagens históricos são apresentados com tal sutileza e tais artifícios que realidade e ficção se confundem.

Essas crônicas nos colocam algumas questões que devemos discutir, a fim de compreender melhor a série. A primeira delas diz respeito ao *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série. João das Regras seria “apenas” um ser puramente fictício ou, como propõe Sidney Chalhoub (2005, p. 67-85), um personagem histórico ficcionalizado? A pergunta é incontornável, uma vez que sinaliza de que forma cada uma das crônicas – e o conjunto delas, em sua unidade – deve ser lida.⁹

⁸ Na *Bibliografia de Machado de Assis* (1955), J. Galante de Sousa diz que o pseudônimo João das Regras foi utilizado apenas nas crônicas “A + B”, publicadas na *Gazeta de Notícias*. Galante diz, ainda, que “Valentim Magalhães, em carta a Lúcio de Mendonça, datada de 18-12-1886, referindo-se ao artigo do destinatário sobre o banquete [oferecido a Machado de Assis], (...) diz: ‘Obrigadíssimo pelo teu artigo a propósito do banquete ao *João das Regras*.’” (SOUSA, 1955, p. 31)

⁹ Neste artigo, as discussões relativas ao *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série “A + B” apoiam-se, sobretudo, em CHALHOUB, 2005, p. 67-86, SOUSA NETO, 2008, p. 148-150, e FAORO, 2012, p. 56-59. Por sua vez, a associação das personagens A e B a letras de câmbio baseia-se, principalmente, em CHALHOUB, 2005, p. 67-86.

A inspiração para o pseudônimo deve ter sido o personagem histórico João das Regras (Lisboa, 1354?-1404). Trata-se de um jurista, ideólogo do absolutismo monárquico português, cuja atuação na corte de dom João I visava a defender interesses da Coroa e restituir-lhe direitos perdidos para a nobreza e o clero. (Cf. SOUSA NETO, 2008, p. 148-150; e cf. FAORO, 2012, p. 56-59) No Brasil imperial, em debates parlamentares que antecederam a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, há referência ao personagem histórico João das Regras. Em determinado trecho de um discurso contra o projeto de lei do governo, Paulino Soares de Sousa, deputado do partido conservador, dizia:

Vós todos vos haveis de lembrar, senhores, da incerteza que em Portugal afligiu em tempos já remotos a propriedade imóvel da antiga nobreza. D. João I, para angariar partidários nas lutas que sustentou com Castela, distribuiu aos cavaleiros, que o ajudavam nas guerras, os bens da coroa. Ficando, depois da paz, baldado de muitos dos rendimentos até então aplicados às despesas públicas, imaginou o Dr. João das Regras, seu chanceler, uma lei que fizesse reverter gradualmente à coroa os bens doados; foi a chamada lei mental, pela qual o Mestre de Avis ficou habilitado para operar a reversão daqueles bens sempre que lhe parecesse, concedendo a dispensa para passarem a certos sucessores, quando à sua política convinha manter a dependência e reconhecimento dos donatários. Era, porém, o tempo em que o rei foi a lei viva sobre a terra, e a sua vontade a expressão da razão jurídica. No entanto a ação dessa lei recaía somente sobre a propriedade imóvel de que a liberalidade régia investira os donatários da coroa.

Pois bem: é o sistema desta lei mental que a comissão quer hoje aplicar no Brasil a uma espécie de propriedade que os atuais possuidores adquiriram legalmente (*apoiados*), que lhes veio às mãos, não por liberalidade régia ou por favor do Estado (*apoiados; muito bem*), mas pela forma por que se obtém e se distribui a riqueza, segundo as leis civis e os princípios econômicos. (ANAIIS do parlamento brasileiro, 1871, v. 4, p. 247-248)

Paulino era membro do partido conservador e liderava uma dissidência do partido contrária à aprovação da Lei do Ventre Livre. Ao citar João das Regras, o parlamentar menciona os esforços do jurista para fazer “reverter gradualmente à coroa os bens” da nobreza, “sempre que lhe parecesse [à coroa]”; em seguida, argumenta que aquele era, “porém, o tempo em que o rei foi a lei viva sobre a terra, e a sua vontade a expressão da razão jurídica.” Para o parlamentar, esse “é o sistema desta lei mental que a comissão quer hoje aplicar no Brasil a uma espécie de propriedade que os atuais

possuidores adquiriram legalmente, que lhes veio às mãos, não por liberalidade régia”. O discurso de Paulino sugere que os atos do rei – entenda-se, dom Pedro II – poderiam levar à desobediência civil, caso a Lei do Ventre Livre viesse a ser aprovada. Em outras palavras, o parlamentar insinua que dom Pedro II atentava contra as propriedades e direitos da elite brasileira, em especial, da elite agrária e escravocrata. O pseudônimo João das Regras, portanto, por analogia, está vinculado à defesa de prerrogativas da monarquia brasileira – em detrimento da elite agrária –, e remeteria à crise do regime político imperial à época (1886) em que foram publicadas estas crônicas.

Se o pseudônimo João das Regras remete à política e à economia, e as “personagens” A e B são letras, seria natural supor que A e B se refiram a letras cambiais, pois os assuntos recorrentes nestas crônicas são relacionados a finanças. De fato, Machado publicou esses textos na ocasião em que o parlamento discutia o orçamento do ano subsequente. Havia problemas vários para ajustar o orçamento no parlamento, como, por exemplo, a interpretação da lei promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, mediante indenização paga ao senhor de escravos.

Em língua portuguesa, as letras “a” e “b” se associam para formar expressões, cujos significados poderiam iluminar o título das crônicas, “A + B”. Houaiss, por exemplo, lista três expressões com essas duas letras: “não dizer á nem bê” significa “nada dizer”; “não saber á nem bê” é “não saber ler” e, por extensão, “não saber coisa alguma”; e “por á mais bê” (expressão que já empregamos neste texto) significa “em definitivo, indubitavelmente”. (Cf. HOUAISS, 2001, p. 2. verbete: A) Ora, o título das crônicas assinadas por João das Regras é, justamente, “A + B”, que pode ser lido como forma reduzida de “por á mais bê”. Assim, o pseudônimo remeteria, também, à busca de uma lógica do tempo, como se fosse possível encontrar uma conexão entre acontecimentos aparentemente independentes. João das Regras, personagem histórico, idealizou uma “lei mental” (Cf. CHALHOUB, 2005, p. 76) – posteriormente, em 8 de abril de 1434, foi publicada por d. Duarte I –, cujo objetivo era estabelecer, “por á mais bê” (ou seja, em definitivo), uma lei que refletisse o espírito do tempo: entenda-se, defender os direitos e o patrimônio da coroa. Essa lei já estaria em vigor desde o reinado de dom João I, mas nunca tinha sido escrita, daí o termo que a qualifica, “mental”, do latim *in mente*. Machado, ao publicar essas crônicas, tinha “em mente” o leitor do

século XIX, um público letrado e familiarizado com as discussões que se desenrolavam no parlamento à época.

Devemos, ainda, considerar a possibilidade aventada por Dário Ferreira Sousa Neto (2008, p. 20-56) de que as “personagens” A e B tenham sido inspiradas no *Suplemento à viagem de Bougainville, ou diálogos entre A e B* (1772), de Denis Diderot. No diálogo, dois amigos (A e B) discutem outro texto – *Viagem em torno do mundo* (1771) –, escrito pelo almirante Louis-Antoine de Bougainville, sobretudo a parte em que se relata a estada do almirante no Taiti e sua longa conversa com o nativo Oru. Em linhas gerais, a personagem B relata e comenta a *Viagem* e a personagem A faz intervenções. Se, em Diderot, dois franceses (A e B) releem e discutem o texto de Bougainville, abordando questões concernentes à relação entre colonizador e colonizado, nas crônicas “A + B”, dois brasileiros anônimos (A e B) discutem questões locais (sociais, políticas e econômicas), contrapondo-as, frequentes vezes, a aspectos da cultura europeia, sobretudo inglesa e francesa. Leitor de Diderot,¹⁰ o título “A + B” sugere uma possível relação intertextual entre as crônicas machadianas e o diálogo de Diderot.

Para leitores distantes no tempo e no espaço, não é tarefa fácil compreender os significados possíveis dos textos machadianos. Retomando Umberto Eco, se a narrativa natural relata fatos que ocorreram na realidade, e a narrativa artificial, representada pela ficção, finge dizer a verdade sobre o mundo real, ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional (Cf. ECO, 1994, p. 125), nos textos machadianos as coisas nem sempre são tão bem definidas quanto a teoria pode levar a crer. Basta ler as crônicas “A + B” para o comprovar...

Referências

ANAIS do parlamento brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, sessão de 23 de agosto de 1871, v.4, p. 247-248. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30359>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

¹⁰ Na *Biblioteca de Machado de Assis* (2001, p. 77) estão listados dois tomos das *Oeuvres choisies* de Denis Diderot, publicadas pela Garnier em 1880.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*. ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

ASSIS, Machado de. *A semana*. Introdução e notas de Jonh Gledson. HUCITEC, 1996.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução e notas de Jonh Gledson. Campinas: UNICAMP, 2008.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. Seleção, introdução e notas de Jonh Gledson. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. 3^a ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 2001.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2v.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOBIM, José Luís (org). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *Bibliografia machadiana 1959-2003*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1955.

SOUSA, José Galante de. *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

SOUSA NETO, Dário Ferreira. *Memórias do cotidiano e saberes sujeitados: análise das crônicas A + B de Machado de Assis*. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poetica, 1994.